

## **Introdução**

A filosofia ocidental, desde os gregos – marcadamente Aristóteles –, pode ser lida como a filosofia do animal racional. Da condição de animal racional exsurge o animal político, que se reúne em sociedade e persegue a felicidade.

No curso da história da filosofia, pouca importância foi dada ao homem que nunca pode ou que já não pode mais perseguir a felicidade – aqui se incluindo o homem sem razão.

Para MacIntyre, essa é uma das grandes lacunas do pensamento filosófico: o homem comum, o homem sem cultura, o homem quando exterioriza pouco ou nada mais que um corpo biológico. E, a partir da constatação dessa lacuna, MacIntyre propõe que, talvez, a razão não seja a última palavra sobre o homem; que, talvez, antes da razão, a marca do homem seja a dependência.

Este trabalho examina as reflexões de MacIntyre, em cotejo com os dois principais filósofos com quem ele dialoga: Aristóteles e Tomás de Aquino.

Inicialmente é examinada a exposição feita por MacIntyre da dependência como característica primordial do homem.

Depois, é exposta a magnanimidade, que, em Aristóteles, é virtude, mas que, na leitura de MacIntyre, pode significar justamente o oposto.

No passo seguinte, aprecia-se o trecho de uma prece de Tomás de Aquino que, na leitura de MacIntyre, representa a abertura para o reconhecimento da dependência humana como virtude e o ponto de afastamento daquele em relação a Aristóteles.

Por fim, examina-se a proposição de MacIntyre segundo a qual o reconhecimento de que o ser humano é um animal racional e dependente constitui uma virtude essencial à reflexão moral.

## **Racionalidade e dependência**

MacIntyre, em *Animais dependentes e racionais – Por que os seres humanos necessitam das virtudes*, um de seus mais recentes trabalhos, antepõe uma questão à secularizada caracterização do homem como animal racional: não seria o homem, antes de ser um animal racional, um animal dependente?

A conclusão de MacIntyre é que sim. Antes de racional, o homem é dependente. Nas suas palavras: “Os seres humanos são vulneráveis a uma grande quantidade de aflições diversas e a maioria padece de alguma enfermidade grave em um ou outro momento da sua vida” (MacIntyre, 1999, p. 1).

A filosofia nunca deu a atenção necessária a essa questão, o que, para MacIntyre, assinala uma postura equivocada. E isso já havido sido destacado em *Depois da Virtude*.

O homem sem cultura é um mito. Nossa natureza biológica certamente impõe restrições às nossas possibilidades culturais; mas o homem que não tem nada além da natureza biológica é uma criatura sobre a qual nada sabemos. É só o homem dotado de inteligência prática – e isso, como já vimos, é a inteligência instruída pelas virtudes – que encontramos ativamente na história (MacIntyre, 1984, p. 273).

A omissão, para MacIntyre, depõe contra a própria filosofia, pois “qualquer explicação sobre a condição humana que pretenda ser convincente não pode deixar de conceder à dependência um lugar privilegiado” (MacIntyre, 1999, p. 1). O ser humano é essencialmente um animal racional e dependente. O homem é vulnerável e, no curso de sua vida, enfrenta muitas situações de aflição e incapacidade, temporárias ou permanentes.

E, transpondo a questão para o âmbito moral, MacIntyre assevera que “nenhuma explicação de bens, de normas ou de virtudes que definem a vida moral será satisfatória se não explicar como é possível a vida moral por seres constituídos biologicamente a partir de uma condição originária de dependência” (MacIntyre, 1999, p. X).

A origem do equívoco histórico, para MacIntyre, pode ser situada na reiterada tentativa de explicar o homem a partir de seus marcos distintivos em relação a outras espécies animais – “As teorias filosóficas se ocupam da distinção entre os membros da espécie humana e os de outras espécies animais para, aparentemente, justificar a crença de que a racionalidade do ser humano enquanto ser pensante é, de algum modo, independente de sua animalidade” (MacIntyre, 1999, p. 5). A consequência é que a filosofia acabou por permitir ao homem esquecer-se do corpo e não perceber que “a sua maneira de pensar também corresponde a de uma espécie animal” (MacIntyre, 1999, p. 6).

Também o uso da razão é o uso de uma razão animal. O homem raciocina a partir de uma razão animal, a partir de um corpo animal e biologicamente vulnerável.

Esse problema, no entanto, tem sido passado por alto, não se formulam perguntas acerca da relação que existe no ser humano entre a animalidade e a racionalidade. É subestimada a transcendência que tem o fato de que o corpo do ser humano é um corpo animal, que tem a identidade e a coesão de todo corpo animal, e não se é capaz de reconhecer devidamente que, no que se refere a esta vida, resulta certo que o ser humano não simplesmente tem um corpo, senão que é seu corpo (MacIntyre, 1999, p. 6).

A proposição de MacIntyre, então, aponta para que, sem desconsiderar as diferenças fundamentais que existem entre seres humanos e as demais espécies animais, é importante considerar “que tanto nas primeiras atividades da infância, como posteriormente, o ser humano se comporta em relação ao mundo de uma maneira similar ao restante dos animais” (MacIntyre, 1999, p. 8); e que, “apesar de transcender algumas de suas limitações, nunca se separa inteiramente do que tem em comum com eles” (MacIntyre, 1999, p. 8). A identidade humana é, então, fundamentalmente, uma “identidade corporal e, portanto, uma identidade animal” (MacIntyre, 1999, p. 8).

### **O magnânimo de Aristóteles**

MacIntyre situa em Aristóteles o nascedouro da filosofia que nega a dependência. Ao descrever a necessidade que o ser humano tem de entabular amizades nos momentos de adversidade, Aristóteles valoriza a virilidade masculina em detrimento da fragilidade daqueles que se deixam sensibilizar pelo sofrimento alheio.

É por isso que as pessoas de natureza viril se abstém de afligir seus amigos e, a não ser que uma pessoa seja excepcionalmente insensível ao sofrimento, ela não pode tolerar o sofrimento que seu sofrimento causa aos amigos, e não admite que outras pessoas se lamentem com ela, porque ela mesma não é propensa a lamentações; as mulheres, porém, e os homens efeminados, apreciam as pessoas solidárias com suas aflições, e gostam delas como amigas e companheiras na tristeza. Mas obviamente deve-se imitar em tudo as pessoas melhores (Aristóteles, 2001, p. 189).

O magnânimo – o modelo de virtude na teoria moral de Aristóteles – consagra a concepção do homem auto-suficiente em sua superioridade.

As pessoas magnânimas são do tipo que fazem benefícios, mas constroem-se em recebê-los, pois o primeiro caso é uma característica de superioridade o segundo de inferioridade. Elas retribuem os benefícios recebidos em escala ainda maior, pois assim o benfeitor inicial, além de ser compensado, ficará em débito e elas sairão ganhando na troca... Quem recebe um serviço é inferior a quem o presta, e as pessoas magnânimas querem ser superiores... também é característico das pessoas magnânimas nada pedir, ou quase nada (Aristóteles, 2001, p. 80).

O magnânimo de Aristóteles, então, é o homem dos grandes objetivos; magnanimidade pressupõe grandeza e a grandeza conduz à excelência moral. Virtuoso é aquele que presta grandes favores; receber auxílio, ainda que pequeno, é sinal de fraqueza e de distanciamento da vida virtuosa. A excelência moral, então, não está acessível a todas as pessoas – por exemplo, bárbaros ou escravos. E destaca MacIntyre:

O que choca em Aristóteles é banir os não-gregos, os bárbaros e os escravos, não somente como quem não possui relacionamentos políticos, mas como incapaz de tê-los. A isso podemos juntar a teoria aristotélica de que somente os abastados e os que tem alto *status* podem adquirir certas virtudes essenciais, como por exemplo a da generosidade e da magnanimidade; os artesãos e os comerciantes constituem uma classe inferior, mesmo não sendo escravos. Consequentemente, as excelências peculiares ao exercício do artesanato e do trabalho manual são invisíveis do ponto de vista do catálogo aristotélico das virtudes (MacIntyre, 1984, p.270).

A excelência moral, para Aristóteles, então, pressupõe virilidade, grandeza e liberdade. Dela estão afastados os bárbaros, os escravos – “É sabido que os helenos podem dominar os bárbaros, significando isso que os bárbaros e os escravos são de uma mesma natureza” (Aristóteles, 2005, p. 144) – e as mulheres – “O homem é superior e a mulher inferior, o primeiro manda e a segunda obedece” (Aristóteles, 2005, p. 150). E, “este princípio, necessariamente, se estende a toda a humanidade e a casta inferior será sempre escrava por natureza” (Aristóteles, 2005, p. 150). Os humanos inferiores, cuja natureza não permite a excelência moral, estão sujeitos à caçada, tal como “as bestas selvagens, pois devem ser governados e se recusam a isso; esse tipo de guerra é justo por natureza” (Aristóteles, 2005, p. 156).

Aristóteles, assim, na concepção de MacIntyre, foi o “precursor da típica incapacidade para reconhecer devidamente a aflição e a dependência” (MacIntyre, 1999, p. 7). O magnânimo mantém-se apegado à “ilusão da autosuficiência” (MacIntyre, 1999, p. 126) e constitui, para MacIntyre, exatamente o oposto do homem virtuoso.

Ele oculta a sua dependência e não está bem disposto para recordar os benefícios que os demais lhe conferiram. O magnânimo de Aristóteles é um exemplo destacado de caráter deficiente, talvez o exemplo mais destacado, inclusive na incapacidade de reconhecer a própria maldade. E dele diz, com aprovação, Aristóteles, que “se sente envergonhado de receber favores, porque é sinal de superioridade conceder favores e de inferioridade recebê-los”. Assim é que o magnânimo esquece o que recebeu e recorda o que concedeu, e não gosta que lhe recordem do primeiro, ouvindo com agrado a lembrança do segundo (MacIntyre, 1999, p. 127).

#### **A dependência em Tomás de Aquino**

A superação do equívoco de Aristóteles, para MacIntyre, pode ser encontrada em Tomás de Aquino. Inobstante as inúmeras semelhanças que aproximam as duas filosofias, o aquinate foi além de Aristóteles por reconhecer a dependência humana. É em uma prece de Tomás de Aquino que MacIntyre vislumbra a superação do pensamento aristotélico: “peço a Deus que me conceda a possibilidade de compartilhar o que tenho, felizmente, com aqueles que necessitam, e a possibilidade de pedir, humildemente, aquilo de que necessito a quem me puder ajudar” (MacIntyre, 1999, p. XI).

Assim, embora talvez não fosse intenção de Tomás de Aquino, ele afastou-se do magnânimo de Aristóteles. Daí o apontamento de MacIntyre: “A explicação das virtudes de Tomás não só complementa a de Aristóteles, senão também a corrige” (MacIntyre, 1999, p. XI). É importante destacar que em seus *Comentários à Ética a Nicômacos*, Tomás de Aquino já havia percebido que “o magnânimo apresenta-se como de nada tendo necessidade, não sendo homem de pedir algo ou de receber” (Aquino, 2001, p. 261).

A virtude, para Tomás de Aquino, é “a boa qualidade da mente, pela qual vivemos diretamente, de que ninguém pode usar mal, e que Deus obra em nós sem nós (Aquino, 1980, S. th., I-II 55). E, diversamente da concepção aristotélica, as virtudes mantêm uma conexão mais estreita e estão encadeadas de tal modo que, quem possui uma, parece ter muitas – o que faz com que existam virtudes que pertencem ao homem segundo um estado latente – em potência. Dentre elas pode ser situada a magnanimidade – que nem todos tem ocasião de exercitar. O aquinate, então, avança em relação ao pensamento de Aristóteles ao conceber o homem não necessariamente como preso a uma condição. Observa MacIntyre que, “para Aristóteles, alguns homens são escravos por natureza. De modo algum poderiam, para ele, surgir as questões relativas ao modo como os homens poderia passar de escravos ou bárbaros a cidadãos de uma *polis*” (MacIntyre, 1984, p. 271).

### **O reconhecimento da dependência com virtude**

Negar a dependência, tal como o magnânimo de Aristóteles, é “olvida-se de analisar a situação daqueles que somente podem ser membros passivos da comunidade, daqueles que sofrem, mas não atuam, que não podem prestar qualquer auxílio, mas necessitam de auxílio permanente ( MacIntyre, 1999, p. 128).

Nesse sentido, Tomás de Aquino distancia-se de Aristóteles. Enquanto este ignora nossa condição de vulnerabilidade, o aquinate reconhece a relação de dependência do homem em relação a outros homens. E, a partir do reconhecimento dessa condição, o ato de solicitar auxílio quando dele necessitamos é visto como tão virtuoso quanto o ato de prestar auxílio a quem dele necessita. Desaparece a relação de superioridade e inferioridade para dar lugar à virtude do reconhecimento da dependência. Somente a partir dela, segundo MacIntyre, é possível pensar uma moral das virtudes que possa estender proteção a uma pessoa “com o corpo horrivelmente desfigurado, inflamado, cheio de cicatrizes e purulento, de aspecto horrível e repugnante, cuja imagem se apresente como um obstáculo para dirigir-se ao outro como um ser humano”( MacIntyre, 1999, p.136).

MacIntyre lembra, ainda, que “continua sendo verdade que as limitações na teoria aristotélica das virtudes não ferem, necessariamente, seu esquema geral, do entendimento do lugar das virtudes na vida humana” (MacIntyre, 1984, p. 271). Assim, nada impede que seja conservada a estrutura formal da moral aristotélica, renovada a partir de uma leitura crítica de alguns de seus modelos – como, por exemplo, o magnânimo. A partir daí abre-se espaço para a compreensão das virtudes como algo que “vai além das qualidades que, em geral, achamos agradáveis ou úteis” (MacIntyre, 1984, p. 272) e, conseqüentemente, para a extensão da proteção moral a seres humanos incapacitados sem que se necessite estar limitado as sempre variáveis “simpatias afetivas” (MacIntyre, 1999, p. 136).

### **NOTAS**

Texto produzido no II Semestre de 2005, junto ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia – Mestrado – Unisinos, na disciplina *Estrutura e fundamentação do dever ser II – Os grandes sistemas éticos – Tópicos da Ética de Tomás de Aquino*, ministrada pelo Professor Dr. José Nedel.

<sup>1</sup>Mestrando em Filosofia – Programa de Pós-Graduação em Filosofia – Unisinos.

#### **REFERÊNCIAS**

AQUINO, T. 2001. *Comentários a la ética a Nicómaco de Aristóteles*. Pamplona, Eunsa, 594 p.

AQUINO, T. 1980. *Suma teológica*. Porto Alegre, Sulina, Vol. 11.

ARISTÓTELES. 2005. *Política*. São Paulo, Nova Cultural, 315 p.

ARISTÓTELES. 2001. *Ética a Nicômacos*. Brasília, Editora UNB, 238 p.

MACINTYRE, A. 1999. *Dependent rational animals - Why human beings need the virtues*. Illinois, Open court, 172 p.

MACINTYRE, A. 1984. *Depois da virtude*. Bauru, Edusc, 477 p.